

**NuevaMayoría.com**

El portal sociopolítico de Iberoamérica

**Os desafios iniciais de Lula****Oct-31-06 - por Murillo de Aragão**

Não vale a pena especular sobre as razões da vitória de Lula. Apenas um fato novo escandaloso poderia ter alterado o curso dos acontecimentos. No entanto, a maioria dos eleitores esteve anestesiada para as questões éticas e morais que foram levantadas.

Mesmo sem elas, Lula teria vencido no primeiro turno caso tivesse comparecido ao debate da Rede Globo no primeiro turno.

Ganha a eleição, Lula tem muitos desafios a serem vencidos até a posse.

A seguir, de forma resumida, vamos pontuá-los.

- a. Construir uma base política estável visando maioria na Câmara (possível) e no Senado (dependendo do segundo turno nos estados).
- b. Manter a credibilidade da equipe econômica.
- c. Gerenciar os efeitos colaterais dos escândalos remanescentes (distribuição de cartilhas, denúncia do Ministério Público sobre a quadrilha do Planalto, dossiê Cuiabá).
- d. Administrar os aliados mais radicais (que virão com a fatura do bom comportamento nas eleições).
- e. Compor um ministério administrando a necessidade de agradar o empresariado, o PT e os aliados, em especial o PMDB.
- f. Abrir negociação com a oposição.

São questões que devem exigir do presidente grande habilidade política.

Porém, o resultado eleitoral – com larga vantagem, a obtenção do apoio político de número expressivo de governadores e a possibilidade de ter maioria nas duas casas do Congresso abrem boas perspectivas para Lula.

**Há espaço para diálogo com a oposição?**

Durante a campanha presidencial, o PT e o governo deram sinais de que trabalhariam a favor de um pacto com a oposição tão logo o período eleitoral terminasse.

O discurso era feito ao mesmo tempo em que críticas pesadas eram feitas ao PSDB e ao candidato do partido à Presidência da República, Geraldo Alckmin.

Como reação, caciques importantes do PSDB, como Fernando Henrique Cardoso e o presidente da legenda, senador Tasso Jereissati (CE), deram sinais claros de que não há espaço para entendimentos com o PT.

Afinal, há espaço ou não para um entendimento entre governo e oposição? Antes do escândalo do dossiê Cuiabá, o entendimento seria mais do que possível. Os escândalos do Mensalão e dos Sanguessugas já estavam absorvidos e não motivavam maiores escaramuças.

O entendimento possível deveria ter como base a recuperação de uma agenda no Congresso (tópicos da reforma política, recuperação da imagem do Congresso, Super Simples etc.).

Sob a ótica de Lula, o discurso a favor de um entendimento é muito conveniente por dois fatores principais. Em primeiro lugar, para tentar inibir uma postura mais agressiva da oposição após a eleição.

Segundo, para sinalizar para a sociedade em geral e para o eleitor em especial que o governo está disposto a estabelecer um diálogo de alto nível com a oposição.

O fato é que dificilmente este diálogo irá prosperar no momento inicial. Até mesmo por uma questão de posicionamento e prioridade.

Para Lula, a prioridade é recompor a sua base política. Para a oposição, é dificultar a operação do governo em busca de maioria na Câmara e no Senado.

No momento inicial, a oposição ainda tem munição para atacar o governo com base no dossiê Cuiabá e suas revelações adicionais, o escândalo das cartilhas e a denúncia do MP contra a "quadrilha" do Palácio do Planalto.

Esses pontos vão ser explorados para tentar enfraquecer o governo e dificultar a composição das maiorias governistas no Congresso.

### **Perspectivas a médio-prazo**

No entanto, mesmo sendo agressiva, a oposição não tem gás para perturbar o governo de forma efetiva sem a ajuda de algum fato novo, tal como: revelações escandalosas, novo escândalo e/ou piora significativa do ambiente econômico.

Por exemplo, chamar o filho do presidente e alguns ministros para depor pode causar constrangimento, mas não afeta a governabilidade a longo-prazo.

Caso nenhum fato novo ajude a oposição a manter o tom agressivo, as portas do entendimento vão começar a ser reabertas.

Depende de três fatores básicos: a consolidação de uma base governista majoritária e estável no Congresso; ausência de novos escândalos; e a necessidade de obtenção de votos para aprovar a prorrogação da CPMF e da DRU (Desvinculação de Receitas da Unia).

Inteligentemente, o governo reabriu a discussão do acordo da dívida dos Estados com a União de forma a tentar estabelecer um espaço de negociação política que não passe pela oposição estabelecida no Congresso. Seria uma forma de vulnerar as lideranças sem governos estaduais. Lula inicia seu mandato com o apoio de 16 governadores.

Lula também reforçou a necessidade de diálogo com a oposição durante discurso que fez logo após a confirmação de sua vitória.

Ainda a favor do entendimento, existe a necessidade de se avançar em temas nos quais a oposição deveria dar alguma cooperação. Como aconteceu, por exemplo, no caso da proposta de emenda à Constituição sobre o sistema financeiro e, mais recentemente, a lei do saneamento.

É bom lembrar, que a oposição foi essencial na aprovação das matérias mencionadas acima. A base governista era insuficiente.

Outros projetos, a oposição apóia, mas com ressalvas. Como foi, por exemplo, a medida provisória sobre o setor elétrico. O mesmo aconteceu com as reformas previdenciária e tributária, aprovadas no primeiro ano da gestão de Lula.

Mesmo contando com a cooperação da oposição, esta deverá ser seletiva e pontual. Alguns temas mais sensíveis, como salário-mínimo, aposentados e previdência social deverão merecer ferrenha oposição, além de ações intensas visando criar dissidências no governo.

### **Conclusão**

Inegavelmente, a votação expressiva do presidente Lula no segundo turno lhe dará proteção institucional.

Isto significa que os riscos de cassação do registro de sua candidatura e tentativa da oposição de emplacar um processo de impeachment contra Lula caem consideravelmente. Mantidas as atuais circunstâncias, é uma possibilidade muito remota.

### **O resultado das eleições e o pleito de 2010**

Ainda resta muito tempo para a eleição presidencial de 2010 e muita coisa pode mudar até lá.

Porém, é certo considerar que não existem muitos políticos com prestígio suficiente para serem considerados candidatos naturais em alguns dos principais partidos. Como o PMDB e o PT.

De qualquer forma, certos nomes saíram fortalecidos deste pleito e, por esta razão, já despontam como alternativas viáveis para a próxima eleição.

No PT, que não poderá contar com mais uma candidatura de Lula, a disputa promete ser bastante acirrada.

Além da briga interna, o partido lutará para não ser "engolido" pelos seus aliados e ocupar o papel de coadjuvante na sucessão de Lula.

Outro aspecto que merece ser considerado é que Lula, não podendo ser candidato, poderá estimular um maior número de candidatos presidenciais do que o verificado nesta eleição.

Tal fato pode ser facilitado pelo fim da verticalização, que foi aprovada pelo Congresso Nacional e vale para 2010.

Jacques Wagner, eleito governador da Bahia, é um forte candidato a candidato. Marcelo Deda, eleito governador de Sergipe, é outro nome potencial. Ambos, assim como Lula, são nordestinos e poderão contar com a simpatia da região.

No Norte, Jorge Viana, ex-governador do Acre é mais uma opção do partido. Vai depender da relevância do papel que assumirá no segundo mandato do presidente.

No Sudeste, Fernando Pimentel, que atualmente é prefeito de Belo Horizonte, é um nome sempre lembrado. Até mesmo para ser ministro da Fazenda em 2007.

Marta Suplicy, tanto pelo desgaste de outras lideranças importantes no Estado, como José Dirceu, Aloizio Mercadante, José Genoíno e João Paulo Cunha, quanto pelo empenho que demonstrou no segundo turno ganha força dentro do partido.

Em um nível inferior de possibilidades, surge Antonio Palocci. Teria que exorcizar os pecados cometidos no episódio do caseiro Francenildo e as trapalhadas de Ribeirão Preto. E, ainda, ter um desempenho relevante na articulação política de Lula no Congresso em 2007.

No Sul, Tarso Genro e Dilma Rousseff encerram a lista de potenciais candidatos à sucessão de Lula.

No PSDB, as alternativas são Geraldo Alckmin, José Serra e Aécio Neves. Yeda Crusius, eleita governadora do Rio Grande do Sul, não tem a mesma força dos três primeiros, mas não pode ser totalmente descartada. Em especial, se o PT optar por uma candidata mulher. Os resultados qualitativos de seu governo também terão influência.

A sinalização que o PFL tem dado é de que poderá concorrer com candidato próprio em 2010. Duas opções merecem ser consideradas: César Maia (RJ) e Guilherme Afif Domingos (SP).

Como o PDT concorreu com o senador Cristovam Buarque e o partido não tem uma liderança forte no âmbito nacional, isto o transforma em alternativa potencial para 2010.

O mesmo vale para a senadora Heloisa Helena (PSOL). Porém, sua situação é mais difícil, porque o partido não atingiu a cláusula de barreira. Portanto, corre o risco de ficar menor do que já é.

No PSB, duas forças emergentes. Ciro Gomes, que teve uma eleição muito expressiva no Ceará e que já foi candidato à presidência da República, e Eduardo Campos, eleito governador de Pernambuco. O partido tanto poderá tentar disputar com candidato próprio como repetir a coligação com o PT.

Uma alternativa não descartada no PSB é da adesão de Aécio Neves e seu grupo político ao partido visando a sua candidatura em 2010. Tal possibilidade é vista com simpatia por alguns dirigentes do partido.

O PMDB, como sempre, será uma incógnita. É natural que a tese de candidatura própria seja novamente tratada pelo partido. Além de poder contar eventualmente com Aécio Neves – caso este saia do PSDB –, o partido tem algumas opções: Roseana Sarney (MA) – que deve deixar o PFL para se filiar ao PMDB – e Nelson Jobim (RS). E, em um nível inferior de possibilidades: Anthony Garotinho (RJ), Germano Rigotto (RS) e Jarbas Vasconcelos (PE).

Dada à importância que o PMDB assumirá no próximo governo Lula, também não se pode descartar uma aliança da legenda com o PT.

PR (ex-PL) e PTB podem concorrer com candidatos próprios, bem como decidir fazer aliança com alguns dos partidos mencionados. Mas as duas legendas saem das urnas sem uma liderança expressiva com cacife para disputar o Palácio do Planalto.

É óbvio que esse quadro pode sofrer alterações. Mas os nomes aqui mencionados largam na frente.

### Eleições para governador

O PMDB foi o partido que elegeu o maior número de governadores nesta eleição: 7. Também conseguiu manter sob seu controle três importantes estados da federação: Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro.

O PSDB termina como a segunda maior força em termos numéricos, sendo São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul os mais simbólicos para a legenda.

O PT, que havia eleito quatro governadores no primeiro turno, ganhou mais um e termina com 5.

O PSB conquistou mais dois estados (Pernambuco e Rio Grande do Norte), totalizando 3 governadores.

O PPS e o PFL permanecem com o mesmo número do primeiro turno: 2 e 1, respectivamente. O PDT elegeu Jackson Lago no Maranhão e termina com dois governadores. O PP elegeu apenas Alcides Rodrigues em Goiás.

Partido	Gov. atuais	Gov. eleitos em 2002	Eleitos no 1º turno	Eleitos no 2º turno	Total
PMDB	7	5	4	3	7
PSDB	6	7	4	2	6
PT	3	3	4	1	5
PSB	1	4	1	2	3
PPS	2	2	2	0	2
PDT	2	1	1	1	2
PFL	4	4	1	0	1
PP	1	-	0	1	1

Governadores eleitos em 1º turno		
Estado	Governador eleito	Partido
Acre	Binho Marques	PT
Alagoas	Teotônio Vilela Filho	PSDB
Amapá	Waldez Góes ®	PDT
Amazonas	Eduardo Braga®	PMDB
Bahia	Jaques Wagner	PT
Ceará	Cid Gomes	PSB
Distrito Federal	José Roberto Arruda	PFL
Espírito Santo	Paulo Hartung ®	PMDB
Mato Grosso	Blairo Maggi®	PPS
Mato Grosso do Sul	André Puccinelli	PMDB
Minas Gerais	Aécio Neves®	PSDB
Piauí	Wellington Dias®	PT
Rondônia	Ivo Cassol®	PPS
Roraima	Ottomar Pinto®	PSDB
São Paulo	José Serra	PSDB
Sergipe	Marcelo Deda	PT
Tocantins	Marcelo Miranda®	PMDB
Governadores eleitos em 1º turno		
Goiás	Alcides Rodrigues®	PP
Maranhão	Jackson Lago	PDT
Pará	Ana Júlia	PT
Paraíba	Cássio C. Lima®	PSDB
Paraná	Roberto Requião®	PMDB
Pernambuco	Eduardo Campos	PSB
Rio de Janeiro	Sérgio Cabral	PMDB
Rio Grande do Norte	Vilma Faria®	PSB
Rio Grande do Sul	Yeda Crusius	PSDB

Santa Catarina	Luiz Henrique®	PMDB
® Reeleito		

### O xadrez do Senado

Com o resultado do primeiro turno, a base de Lula no Senado era de 41 senadores. A oposição tinha 41. Porém, o fato de alguns senadores disputarem o segundo turno para a eleição de governador poderia alterar este quadro.

Ana Júlio Carepa foi eleita governadora do Pará. Assim seu suplente - José Nery de Azevedo (PSOL) – assume a vaga. Portanto, esta mudança fará com que a oposição ganhe um novo senador.

Outro fato que pode mudar novamente a correlação de forças no Senado é o destino da senadora Roseana Sarney e de Edison Lobão. Ambos podem deixar o PFL e migrar para o PMDB.

Além de mais uma vez alterar a correlação de forças a favor do governo (que passaria a ter 42 senadores, contra 39 da oposição), poderia significar para o PMDB o retorno à condição de maior partido da Casa e, portanto, o direito de indicar o presidente do Senado, favorecendo a reeleição de Renan Calheiros.

Mas não será apenas a correlação de forças partidárias que irá definir a presidência do Senado. A disputa entre deputados e senadores do PMDB também é um ingrediente adicional.

COPYRIGHT 2000-2004 © [Nueva Mayoria.com](http://NuevaMayoria.com)  
Todos los derechos reservados.